

# As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965

*Rightwings and anticommunism in Brazil:  
1961-1965*

Ricardo Antonio Souza Mendes\*

## Resumo

Neste artigo busco caracterizar alguns aspectos do anticomunismo presentes no movimento civil-militar ocorrido em 1964 que depôs João Goulart. Em particular abordarei os participantes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); membros da União Democrática Nacional que estiveram vinculados ao 1º de abril de 1964; bem como os membros as Forças Armadas que foram influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional.

**Palavras-chave:** Anticomunismo - Direita - Golpe de 1964

## *Caracterizando o anticomunismo*

Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista, Karl Marx refere-se ao comunismo sob duas formas: como encaminhamento de luta realizada pelos trabalhadores e como uma forma de sociedade a ser organizada pela classe operária. O anticomunismo também encontrou suas referências nestas duas formas. Em boa parte do século XX ambas coexistiram, mudando apenas o grau de intensidade entre o combate à luta do operariado e o combate à possibilidade de construção de um Estado socialista.

O anticomunismo característico do período compreendido entre fins do século XIX e princípios da década de 1920, representava uma oposição do *status quo* contra uma ideologia que articulasse a luta da classe trabalhadora. Fez parte de uma oposição mais ampla a toda e qualquer ideologia ou movimento que viesse a instrumentalizar as reivin-

\* Professor Assistente do Curso de História da Universidade Veiga de Almeida. As observações aqui apresentadas foram extraídas, em boa parte, de minha tese de doutoramento na Universidade Federal Fluminense: MENDES, Ricardo A.S. *Visões das direitas: 1961-1965*. Niterói, UFF, 2003.

dicações desse grupo social. Contribuiu para a ampliação do anticomunismo deste período o crescimento da influência marxista sobre o operariado e suas agremiações substituindo, gradativamente, o anarquismo. Nesta etapa o anticomunismo apresentava-se mais intenso nos países avançados da sociedade burguesa onde a "onda de partidos vermelhos" disseminava-se com velocidade preocupante "para os que governavam" expandindo-se, posteriormente para outras partes do mundo.

Após a Revolução de Outubro de 1917 o anticomunismo ganhou uma nova conotação, assumindo predominantemente a segunda forma que apresentamos acima: a de uma luta contra as tentativas de organização de uma sociedade controlada pela classe trabalhadora. Apesar dos limites e restrições que possam ser feitos a esta idéia, era assim que os grupos anticomunistas entendiam o regime que deu origem à União Soviética.

Considera-se que a ampliação de regimes reconhecidamente anticomunistas durante o período entre-guerras deva-se à crença na possível disseminação da ameaça comunista diante de um mundo afetado pela Grande Depressão. Não se pode esquecer que o efeito demonstração que o Regime Soviético ofereceu foi significativo na medida em que foi uma das, senão a única, nação de importância no cenário internacional não incluída na crise mundial.<sup>1</sup> Outro aspecto que contribuiu decisivamente para a ampliação de regimes anticomunistas no período entre-guerras foi a ocorrência de uma série de tentativas frustradas de tomada de poder por parte de movimentos comunistas orientados por Moscou. A Segunda Guerra Mundial atenuou temporariamente o anticomunismo devido a aliança estabelecida entre as duas mais novas potências mundiais (EUA e URSS) contra o nazi-fascismo. No entanto ele ressurgiu com toda força no pós-Segunda Guerra. Aspecto decisivo para isso foi a declaração da Doutrina Truman que se propunha a realizar a contenção do suposto expansionismo comunista.

Os motivos para essa suposição devem ser buscados na crença de que os movimentos comunistas grego e turco estavam sendo manipulados pela União Soviética e de que a situação de destruição existente na Europa do pós-guerra viesse a possibilitar a disseminação do comunismo. Nos Estados Unidos o macarthismo apresentou-se como símbolo da mais violenta onda anticomunista. Perseguiu políticos, funcionários públicos e pessoas dos mais diversos extratos da sociedade americana.<sup>2</sup> Pode-se afirmar que o anticomunismo foi utilizado internamente como instrumento eleitoral, mas também como forma de sustentar uma política externa que se afastava, em muito, do isolacionismo estadunidense característico de períodos anteriores. Neste sentido, a propagação de uma perspectiva de real ameaça comunista respaldava o novo papel que o governo americano buscava exercer no mundo. Gradativamente, o foco

da política de contenção vai redirecionar-se da Europa para a Ásia e, posteriormente, para a América Latina.

No plano mundial, pode-se afirmar que o século XX assinala a presença de diferentes matizes de inspiração anticomunista. As principais são: a democrática, que condena o seu caráter autoritário; a fascista, que centra suas atenções no combate ao caráter desagregador que o comunismo provoca na sociedade; a conservadora, que visa a manutenção do *status quo*; a anticlerical, dada a antireligiosidade do comunismo; e, por último, a liberal, em função da condenação à propriedade privada e da livre iniciativa que o marxismo apresenta. Em muitos momentos da história esses matizes apresentam-se interligadas e mescladas.

No Brasil o anticomunismo encontra suas raízes na Intentona Comunista de 1935.<sup>3</sup> Não se quer dizer com isso que os movimentos de caráter comunista tivessem antes desfrutado de liberdade em sua organização e mobilização. Mas sim que, o período que vai desde a criação do PCB até a Intentona, demarcam uma política de combate aos comunistas que fazia parte de uma ampla repressão aos trabalhadores e que continuou mesmo após o fim da República Oligárquica em 1930. O Partido Comunista Brasileiro permaneceu na ilegalidade durante boa parte da História do Brasil até 1985, exceção ao curto espaço de tempo compreendido entre 1945 e 1947.

Na década de 1960 os adversários do comunismo fizeram uma campanha contra Jango por entenderem que o seu governo criava condições para a sua implementação no Brasil. Não que compreendessem que o Presidente fosse comunista. O problema fundamental era a presença de um profundo reformismo que cercava parcelas significativas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – o partido do governo –, e do próprio Presidente. Isto, segundo entendiam os anticomunistas, poderia viabilizar a tomada do poder pelos comunistas. A estes aspectos somavam outros dois: a crença de uma inserção cada vez maior de membros do Partido Comunista Brasileiro em diversas esferas governamentais<sup>4</sup> e a crescente mobilização popular marcada, cada vez mais, pelo radicalismo. Participaram ativamente desta campanha membros do complexo empresarial vinculados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), grupos de extrema-direita da União Democrática Nacional (UDN), bem como militares influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional.

Apesar da presença de um anticomunismo de caráter democrático e fascista, predominaram no Brasil os aspectos de coloração conservadora (manutenção da estrutura social) e liberal (defesa da propriedade). Não se pode esquecer também da freqüente associação entre comunismo e sua versão anticlerical, diante da capacidade que tal associação tinha de mobilizar parcelas significativas da sociedade.

### **Anticomunismo empresarial**

O IPES foi fundado em 1º de janeiro 1962 reunindo “empresários e democratas” do eixo Rio-São Paulo que teriam por função “defender a democracia e impedir a propagação do comunismo e o estabelecimento de regimes totalitários”. Além disso, tinha por missão, segundo uma reportagem da época, “dar ênfase ao desenvolvimento econômico e social e aproximar o nível de vida brasileiro aos níveis alcançados pelos povos dos países mais desenvolvidos”. Neste sentido, seria um organismo eminentemente de propaganda e mobilização contra o perigo próximo de comunização e de ameaça à democracia que estariam afetando o país.

Quanto ao IBAD, criado em fins da década de 1950, buscou marcar posição de apoio desde a Ação Democrática Parlamentar – frente política organizada no Congresso que contava com o apoio de diferentes partidos de direita e que era composta por aproximadamente 140 deputados –, até a organizações terroristas como o Movimento Anticomunista (MAC)<sup>5</sup>. A partir de 1962, tal como os órgãos de propaganda do IPES, iniciaram uma campanha que assinalava a ausência de uma defesa clara e efetiva da democracia por parte de boa parte dos democratas através da revista *Ação Democrática*. Tratava-se de uma ação preparatória (e contraditória) de defesa da democracia através de um posicionamento mais agressivo e, se necessário, de rompimento da ordem constitucional. Apesar deste anticomunismo estar presente de forma enfática principalmente no IBAD, também pode-se observá-lo na produção oriunda do IPES, ainda mais se analisadas as produções cinematográficas produzidas pelo Instituto.

Um primeiro fator que deve ser abordado no anticomunismo destes institutos é a contínua associação entre comunismo e totalitarismo. Para os ipesianos não existiam diferenças significativas entre nazismo, fascismo e comunismo. Todos estas manifestações de totalitarismo seriam caracterizados pela existência do “*Etat providence* que encontrou no fascismo de Mussolini e no nazismo de Hitler, por um lado, e no comunismo de Nikita (e subordinados) ou de Mao, por outro, sua mais perfeita realização histórica”.<sup>6</sup> Eram governos mantidos pela força das armas e submetendo a sociedade a uma ditadura, “destruindo a democracia ante a passividade da maioria dos democratas”.<sup>7</sup>

Em documentário intitulado “O que é o IPES?”<sup>8</sup>, nazifascismo e o comunismo são apresentados em íntima associação. Este vínculo é sugerido através de uma seqüência de imagens com força significativa. Aparecem imagens iniciais de Fidel Castro, concentrações populares, paradas militares soviéticas, Kruchev e, por fim, novamente Fidel. Estas imagens, por sua vez, são complementadas e intercaladas por discursos de Adolf Hitler, cenas do holocausto e da suástica nazista. Buscavam, dessa forma,

estabelecer um vínculo entre as experiências passadas e as perspectivas futuras que se apresentariam para o país.

A situação agravava-se ainda mais pela possibilidade de sua implementação de forma subrepitícia, "numa sociedade ornada de câmaras e demais aparelhos do formalismo democrático". A oposição fundamental era, portanto, entre totalitarismo e democracia. No primeiro, a liberdade seria inexistente em função da supressão da liberdade de expressão, de livre manifestação, de ir e vir e, principalmente, de livre iniciativa.

O comunismo apresentava-se ameaçador muito menos como um sistema ideológico do que como um sistema político eliminador das liberdades, principalmente a econômica. Buscavam alertar a sociedade quanto à descrença geral na capacidade de gerar soluções para os problemas que o país enfrentava através de "seus próprios recursos imanentes". O "medo da liberdade" acabaria por transformar em "realidade histórica" a idéia de que só o "Estado, a extroversão máxima e compulsória" seria a solução. Afirmava-se assim, concluíam, a fé no "Estado Total, onipotente e onipresente".<sup>9</sup>

O comunismo apresentava-se, também, como agente eliminador da liberdade religiosa, segundo afirmavam. Para a sobrevivência do Estado comunista necessitava-se da convicção de que ele se tornaria provedor de felicidade absoluta. O pensamento marxista, por sua vez, apresentava a religião como ópio do povo. Neste sentido, acreditavam eles, o Estado tornava-se uma crença de caráter religioso posto que "ganha atributos de divindade e a política se torna uma mística". Isto tornava necessário a supressão de toda e qualquer religião que viesse a estabelecer uma concorrência com relação à crença da mística do Estado. Ambos eram mutuamente excludentes segundo ipesianos e ibadianos. Não se pode esquecer que a própria Igreja contribuía para esta oposição comunismo - religião, ao afirmar que o "socialismo é condenado pela Igreja como ateu e materialista"<sup>10</sup>. Neste contexto, todos os católicos estavam convocados para uma nova "cruzada", onde o objetivo era "construir a casa do progresso do nosso país com os planos de Deus" e não "segundo os planos do comunismo, destruidor da liberdade e da dignidade do homem".

O Estado totalitário também seria o responsável pela manutenção das desigualdades entre os homens. A pretensa difusão de que o regime comunista estabeleceria a igualdade seria de caráter propagandístico, sem efeito prático. Ao estabelecer um regime excessivamente centralizado, o comunismo possibilitava a concentração das riquezas numa casta de privilegiados ainda menor que o capitalismo formada pelo novo corpo de burocratas do Estado. Relegava, assim, o conjunto da sociedade a uma igualdade na miséria e na submissão.

Esse regime destruiria a individualidade e os direitos do homem para o estabelecimento de uma "tirania ditatorial", tornando-o apenas em uma "peça do Estado" e eliminando a sua dignidade. A afirmação da individualidade – condição básica para que a democracia existisse segundo membros do IPÊS/IBAD – manifestava-se na sua plenitude através da livre iniciativa, uma das "forças imanescentes da sociedade". A extinção da democracia significava a eliminação da livre iniciativa.

Percebe-se uma certa influência entre ipesianos e ibadianos da Doutrina de Segurança Nacional. A idéia de que, no Brasil, se observava o estabelecimento de uma etapa da consolidação do comunismo apresenta-se em diferentes momentos. Apesar de não abordar o assunto diretamente pela idéia de guerra revolucionária (ou insurrecional), consideravam que um dos principais aspectos para a disseminação do comunismo era a situação de profunda miséria que abrangia boa parte da sociedade brasileira. Na verdade, entendiam que a existência de profundas contradições sociais contribuía para a propagação do perigo vermelho, mas a causa fundamental estaria na forma pela qual os comunistas instrumentalizavam essas contradições a favor da causa do totalitarismo. Não era a miséria em si que era um problema, mas a miséria "nas mãos" dos comunistas, que precisavam "manter viva a chama da revolta contra a injustiça social e impedir que a luz da instrução dissipasse as nuvens da sua propaganda. Precisam, inclusive, manter a injustiça social que desperta a revolta".<sup>11</sup>

Personagens como o "sr. Julião" eram constantemente associados à figura de Fidel Castro, bem como suas reivindicações àquelas presentes na Revolução Russa. Buscava-se, dessa maneira, estabelecer uma perspectiva na qual toda e qualquer manifestação de contestação à estrutura social vigente seria desdobramento da influência subversiva dos agentes de Moscou. Falava-se até mesmo na existência de um modelo de subversão exportado pela União Soviética e pelos seus países satélites para o continente latino-americano, principalmente através de Cuba<sup>12</sup>.

No entanto, entendiam ipesianos e ibadianos que a ameaça à democracia provinha principalmente da ampliação dos tentáculos do Estado sobre a economia. Segundo esses grupos, não eram medidas mais amplas tais como as reformas de base, e dentre estas a reforma agrária, o aspecto mais preocupante. Para eles, a crença cada vez maior de que o Estado deveria tornar-se o grande provedor da felicidade geral e do bem-estar, contribuía para que, passo a passo, a livre iniciativa fosse cerceada. O Estado teria um papel fundamental na preparação de um caminho que acabaria por estabelecer, afirmavam, o totalitarismo comunista.

Uma das facetas desse papel estatal exacerbado seria o nacionalismo "complexado" defendido pelos grupos de esquerda. De certa forma

o nacionalismo é confundido com o estatismo crescente em função da política desenvolvimentista que tentava ser implementada pelo governo Goulart, pretendida através da industrialização com capital privado nacional e, na ausência deste, com o estatal. Ao mesmo tempo, buscava-se associar nacionalismo e estatismo como uma forma de apresentá-los de forma negativa à opinião pública, como uma etapa do processo de comunização do país. Gustavo Corção, consultor de redação da Revista *Ação Democrática* e um dos principais elaboradores de seus artigos, assinalava que

Ainda recentemente no Planalto (...) as câmaras criaram a Eletrobrás. Amanhã ou depois surgirá a Telefonebrás. Depois será a vez da nacionalização e encampação da indústria vinícola, e teremos a Vinhobrás. E já temos um maluco, que se corresponde regularmente e unilateralmente comigo e que no ano passado, se não me engano, fundou a 'Egobrás', que é a brasificação protocolada e estampilhada de cada um de nossos egos.<sup>13</sup>

Na medida em que o nacionalismo estatizante podava a liberdade da iniciativa privada, entendiam eles que se colocava em risco um dos principais alicerces da democracia. A desconfiança quanto aos objetivos das "forças imanentes" da sociedade (leia-se iniciativa privada) criava um clima que "prepara, estimula, condiciona e, finalmente, exige a implantação dos regimes negadores da liberdade e destruidores da democracia".<sup>14</sup>

Haveria um plano padronizado de tomada do poder pelos comunistas já implementado em países como Rússia, Polônia, Romênia e Cuba. Este roteiro estaria sendo repetido no Brasil, onde a "tomada do poder exige a presença simultânea de dois focos de ação: um deles da cúpula do governo do país cujo poder se pretende tomar; outro na base social, integrada pelos sindicatos e associação estudantis".<sup>15</sup> Em seu bojo, uma das fases "mais importantes seria a da nacionalização das indústrias e dos bancos, pois, já tendo assumido o controle político, começa a ofensiva pelo controle econômico".<sup>16</sup> Assinalavam que o avanço sobre o Brasil tinha por objetivo utilizá-lo como porta de entrada do comunismo na América Latina, uma vez que "o país encerra em si mesmo a possibilidade de ação que Cuba não dispõe para exercê-la".<sup>17</sup>

Ora, os empresários, ao assinalarem estes dois focos de ação dos comunistas, apresentavam justamente os aspectos que ameaçavam o desenvolvimento da livre iniciativa naquele momento: a agitação social com sua contestação da propriedade privada e a ampliação do papel estatal na economia com o estabelecimento de um competidor em potencial da iniciativa privada.

## **Facetas do anticomunismo militar**

Algumas idéias apresentavam-se com um relativo consenso entre as direitas no meio militar. A grande maioria dos militares que participaram do movimento de 1964 possuíam um posicionamento de franca oposição ao comunismo extremamente vinculado com a proposta de defesa do *status quo*. Em boa parte, a idéia disseminou-se gradativamente na forma da Doutrina de Segurança Nacional e através da Escola Superior de Guerra, bem como de outras escolas militares. A partir da década de 1960 essa idéia passou a ser um aspecto presente não somente entre a extrema-direita, composta pelos "eternos" golpistas da década de 1950 envolvidos em episódios tais como Aragaças, Jacareanga e outros de menor importância.

A luta contra o comunismo também deixou de ser vinculada essencialmente ao seu aspecto externo de alinhamento aos Estados Unidos dentro do jogo internacional da Guerra Fria, elemento fundamental das abordagens anticomunistas apresentadas na ESG até fins da década de 1950. A partir de então, cada vez mais a luta contra o "totalitarismo de esquerda" passa a ser associada a uma realidade presente na sociedade brasileira. As análises conjunturais elaboradas por estes militares assinalavam que a Guerra Fria havia chegado ao Brasil na forma de uma Guerra Revolucionária ou Guerra Insurrecional.<sup>8</sup>

Em inúmeros trabalhos elaborados na ESG, referentes ao poder nacional ou aos objetivos nacionais, era reafirmada a necessidade de manutenção da ordem social para a obtenção do desejado "desenvolvimento" econômico. Segundo um seminário apresentado nesta Escola, os

(...) fenômenos da Guerra Fria e da Guerra Revolucionária, em um ambiente de febril competição entre potências ideologicamente antagônicas, desenvolvem-se, não somente no Campo Militar como poderia sugerir o termo Guerra em sua acepção clássica, mas também nos demais CAMPOS do Poder nacional, nos quais se processam ações de suma importância (...).<sup>19</sup>

Na medida em que existissem antagonismos internos que inviabilizassem a efetivação dos "objetivos nacionais", colocava-se "em risco as instituições, a lei e a ordem". O comunismo seria o principal antagonismo assinalado por estes militares.

Uma série de acontecimentos efetivados ao longo da primeira metade da década de 1960 tornavam "reais" para os militares as premissas apontadas acima. Segundo o oficial Octávio Costa, a propagação do anticomunismo dentro das Forças Armadas resultava do "convencimento" reforçado pela "realidade" das Ligas Camponesas e pelo problema

sindical que contribuía para que se ampliasse a crença de que a Guerra Insurrecional ou Guerra Revolucionária no Brasil estava em andamento no Brasil.

Compondo ainda este quadro de concretização do medo de que uma Guerra Revolucionária estaria se desenvolvendo no Brasil tem-se, a partir de 1961, o pânico provocado pela Revolução Cubana. A aproximação de Fidel Castro com o bloco comunista significava, para estes grupos, um novo avanço do esforço comunista em torno da América Latina. Para eles o "fenômeno da Guerra Revolucionária brasileira não poderia ser bem compreendido se não atentássemos para sua vinculação nítida à violenta ofensiva que o comunismo internacional desencadeou no continente Latino-americano desde que se conseguiu firmar na Ilha de Cuba".<sup>20</sup>

Esta idéia era reforçada, ainda, pela disseminação do pânico comunista por parte de agentes da ideologia anticomunista norte-americana, tais como o General Wernon Walters. O General Antonio Carlos Muricy afirma que Walters lhe colocou, em diálogo ocorrido em 1964, que "estávamos profundamente preocupados com a comunização do Brasil, pois a comunização do Brasil não criaria uma nova Cuba, criaria uma nova China". Ampliava-se, dessa forma, a dimensão dos desdobramentos da possível "sovietização" do país.

O anticomunismo, no entanto, não se apresentava a partir de uma única concepção. Uma das associações estabelecidas pelo anticomunismo militar era entre comunismo e ameaça aos princípios democráticos. A liberdade, que era apresentada como bem supremo proporcionado pela democracia, encontrava-se ameaçada pela difusão do movimento. Para esses grupos, somente a democracia é que poderia propiciar o atendimento de todas as necessidades da sociedade brasileira. O comunismo apresentava-se como uma proposta de implementação de ditadura, como ameaça à religião e aos princípios ocidentais da civilização, que vinculavam a sociedade brasileira à Democracia. Afirmava-se que a doutrina comunista era, ao mesmo tempo, uma estratégia e "uma religião cuja máxima ambição é a de se opor às religiões clássicas, especialmente a cristã, tendo em vista destruí-la e em seguida substituí-la". A série de artigos do Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, diretor-secretário de *A Defesa Nacional*, apresenta esta oposição. O Coronel afirmava que

No interior de cada um, já se esboça a descrença quando este cada um começa a tornar-se indiferente pela liberdade do espírito e a menosprezar a desigualdade humana. (...) É preciso então que se lhes diga – e aqui estamos nós, os militares, para fazê-lo – que só com a

democracia bem realizada, poderemos estabelecer um regime justo, humano e atendedor de todas as necessidades e não apenas as do estômago, sob o preço de bater palmas ao ditador do momento.<sup>21</sup>

As Forças Armadas apareceriam como protetoras da liberdade democrática. Diga-se, de passagem, da democracia restritiva existente. O editorial da revista *A Defesa Nacional* é exemplar em indicar essa oposição comunismo - democracia. Segundo aponta, o "que coloca em campos opostos a Democracia e o Comunismo (...) é a concepção radicalmente divergente dos direitos e deveres dos homens (...) [pois] não pode tolerar a liberdade, o respeito do indivíduo e a independência do poder judiciário, alicerces da civilização ocidental".<sup>22</sup> A ameaça comunista apresenta-se relacionada não apenas com o perigo de solapar a democracia nacional mas de todo o hemisfério, corroborando, assim, a idéia de que o país representaria a existência de uma nova China tal como assinalado pelo General Walters.<sup>23</sup>

No entanto, ao valorizar a democracia a ênfase não recaía na questão da participação política igualitária. Boa parte dos militares defendia o tipo de regime representativo existente, caracterizado pela limitação dos direitos políticos para boa parcela da população brasileira uma vez que o direito de voto era restrito aos alfabetizados. Outros, ainda, defendiam uma restrição ainda maior da participação política.

O comunismo apresentava-se também associado à ameaça da ordem social e política do país. O movimento, segundo entendiam os militares analisados, pretendia insuflar a população à contestação ao regime vigente e à ordem democrática. O Tenente-Coronel Ferdinando de Carvalho, que escreveu vários artigos para a revista *A Defesa Nacional*, destinada ao público militar, assinalava que se tornava urgente o "desencadeamento de uma técnica repressiva indispensável à preservação da ordem social vigorante". Isto porque a guerra revolucionária, segundo os "estudiosos" do assunto, previa uma sucessão de procedimentos e atos para alcançar o poder. Uma de suas etapas fundamentais seria a "preparação" e "criação de um ambiente pré-revolucionário" com objetivos de estabelecer a "subversão da ordem". Esta etapa seria sucedida por uma luta pela tomada do poder.

A ênfase na tática dos comunistas seria dada na insubordinação para criar uma clima favorável para a "dissolução da sociedade que ela ataca" com vistas a estabelecer uma nova organização de suas cinzas. O Exército, por sua vez, ressentia-se pela "indisciplina reinante na pátria". Para o Tenente-Coronel Ivan de Souza Mendes, nomeado posteriormente como interventor de Brasília logo após o 1º de abril de 1964, a "própria hierarquia republicana estava em jogo". Essa preocupação centrava-se na possibilidade de rompimento da estrutura social pois a "paz social"

encontrava-se seriamente ameaçada ante a iminência "da ação subversiva comunista".

No entanto, gradativamente a preocupação dos militares deixou de centrar-se na sociedade e passou a focalizar-se no rompimento da hierarquia que os comunistas estariam encaminhando no meio militar. Para os militares, a guerra revolucionária avançava em seus estágios e buscava então o enfraquecimento das Forças Armadas, com quebra da disciplina e da cadeia de comando. Foi este aspecto que acabou por desencadear a passagem à ofensiva dos militares. Já em 1961, nos telegramas e mensagens enviados a Muricy por ocasião das ofensas que recebeu de Brizola, que o denominou de "gorila", afirmavam que se solidarizar ao General era defender a honra, a hierarquia, a democracia e a liberdade contra tentativas de "enfraquecer o Exército [a fim de] possibilitar [a] entrega [do] país [ao] comunismo",<sup>24</sup> ou ainda contra a tentativa de "tática comunista [de] divisão [das] forças armadas".<sup>25</sup>

### ***O anticomunismo udenista***

Alguns historiadores consideram que o antigetulismo foi uma das principais marcas da União Democrática Nacional ao longo de toda a sua vida. Boa parte deles entende que esta característica seria um dos principais aspectos a motivar não somente a parcela da UDN que se articulou em torno do movimento de 1964 mas também os militares influenciados pela DSN e o complexo multinacional-associado do IPÊS/IBAD. Estou inclinado a considerar que estas observações estão, apenas em parte, corretas. Entendo que na primeira metade da década de 60 o antigetulismo abriu espaço para outra idéia-força: o anticomunismo.

A título de exemplo podem ser observados os programas partidários de 1945 e 1957, mais especificamente os tópicos referentes à democracia. O programa de 1945 assinala que a "União Democrática Nacional preconiza e apóia um processo de democratização do Brasil, de fim construtivo e social (...)" e interpretando "as correntes que a compõem (...) delineia a reestruturação destinada a alcançar estes objetivos". Esperavam os udenistas de 1945 alcançar a democracia pelo "exercício efetivo das liberdades que lhes são inerentes - de pensamento em todas as suas formas de manifestação".<sup>26</sup> É obvio que, dentro do contexto interno da sociedade brasileira, a ênfase na defesa da democracia referia-se à negação à tudo que estivesse vinculado ao sistema político getulista. É obvio também que o próprio contexto nacional e internacional contribuía para que o anticomunismo não tivesse referência neste programa<sup>27</sup>.

Contudo, a mudança da conjuntura internacional (advento da Guerra Fria) e da composição interna do partido contribuíram para uma mudança gradativa de postura. O programa de 1957, por sua vez, assi-

nala que os "medos" mudavam de ares. Neste, o partido apresenta que sua atenção ainda era manter a "sua tradição de luta pela Democracia Representativa, único regime político capaz de assegurar o desenvolvimento econômico". Mas a defesa deste regime implicava no "combate tenaz ao comunismo e ao reacionarismo, os quais, embora perseguindo desígnios opostos, são igualmente "liberticidas" pondo "em risco as instituições" e abrindo "caminho à anarquia".<sup>28</sup> A referência aí se encontra bem clara para solicitar qualquer observação adicional sobre o anticomunismo do partido.

Também em depoimentos e textos contemporâneos percebe-se a mudança de tom das análises udenistas. A República sindicalista passava a ser compreendida apenas como uma etapa para se chegar efetivamente ao estabelecimento do "regime totalitário" comunista. A existência de um "regime de horda imperante na fronteira" sob o "arbítrio do caudilho", a "única lei válida e suprema" era uma prática política que se encontrava presente tanto no "ditador" (Vargas) quanto no seu "pupilo" (Jango), e no "cunhado deste"<sup>29</sup> (Brizola), que possibilitavam, desta forma a instauração da subversão social. Segundo Carlos Lacerda, ao final de seu segundo mandato Vargas "iria se entregar, ou estava se entregando, a uma esquerda informe, ideologicamente indefinida, mas praticamente muito atuante no sentido da república sindical, no sentido, digamos, de uma espécie de subperonismo"<sup>30</sup>. É certo que nas mãos de Vargas este regime não seria comunista, já que "Getúlio nunca foi comunista". No entanto, o mesmo não poderia ser considerado em relação a seu "pupilo", muito mais propenso às influências de uma esquerda cada vez mais atuante. Entendiam os udenistas que um quadro como este – caos social e ambição pelo poder – poderia ser muito bem manipulado pela esquerda "ideologicamente mais consistente" para a implementação do regime comunista.

Um aspecto que possibilitava, na concepção dos udenistas, uma transição efetiva da República Sindicalista para o regime comunista era que ambos se caracterizavam por uma elite que se concebia com uma vanguarda incumbida de governar o mundo em nome da "grande massa". Embora perseguindo "desígnios opostos (...) iguala-os o mesmo desprezo pela pessoa humana e pelas liberdades fundamentais e a mesma tendência para alcançarem pela violência aquilo que sabem não poder atingir pela persuasão e com a concordância das massas".<sup>31</sup>

Desde 1961 já se observa a difusão de um alerta para a sociedade de que estariam sendo distribuídas armas para as parcelas mais pobres da sociedade, com um claro intuito subversivo e com o conhecimento das autoridades estaduais e federal. A formação e propagação das Ligas Camponesas, para eles, era um outro exemplo prático da subversão que se instaurava no país. Os comunistas, afirmavam, obedeciam à "cer-

teza de que o sangue, a dor e a miséria constituirão, entre nós o único caldo de cultura favorável aos seus desígnios".<sup>32</sup> Este alerta geral culmina com a denúncia por parte de Bilac Pinto, presidente da UDN, a 16 de Janeiro de 1964, de que o próprio governo era cúmplice do desenvolvimento de uma "guerra revolucionária" no país. Aliás, o "papel ostensivo na divulgação das teses de guerra revolucionária" não coube apenas a Bilac Pinto, mas a boa parcela da UDN.<sup>33</sup>

A pregação da violência por parte dos comunistas chocava-se não apenas com o tradicional pacifismo do país, segundo afirmavam, mas também com outra característica inerente à sociedade brasileira: a sua essência cristã. Composto em sua maioria por católicos, o país deveria estar atento às pregações do Papa João XXIII. Afinal de contas a Igreja Católica tinha um "alto valor como contribuição (...) ao estudo das sociedades ocidentais".<sup>34</sup> Mas isto não estava ocorrendo. Tanto que alguns "desertores da fé cristã" agiam dentro da própria Igreja, causando a confusão e abrindo as suas portas "à influência do materialismo histórico". No entanto, a alta hierarquia estava aplicada em denunciar a posição destes "desertores" e apresentava-se como "a última barreira que a Nação pode oferecer à revolução comunista em marcha".<sup>35</sup>

Existiriam caminhos que negavam a violência como instrumento fundamental para obtenção do desenvolvimento e o Vaticano empenhava-se na sua propagação com uma série de encíclicas que teriam culminado com a publicação de *Mater et Magistra*.<sup>36</sup> A evolução social de caráter harmonioso contou com a contribuição decisiva da "consciência cristã" e é um

(...) fato indiscutível da história que a intervenção do Papa Leão XIII na evolução social das sociedades industrializadas da Europa foi um dos fatores que mais decisivamente impediram a realização das previsões e utopias marxistas e remediaram as injustiças do incipiente e voraz protocapitalismo dos meados do século XIX.<sup>37</sup>

O comunismo, neste sentido, representava também a negação dos vínculos que o país possuía com o mundo ocidental. O cristianismo era um dos eixos fundamentais desta civilização do ocidente. Os outros aspectos que a compunham eram a democracia e a propriedade privada, e também estes estavam sob ataque direto do comunismo.

Também aqui, como nos outros grupos, assinalava-se a relação existente entre liberdade política e liberdade econômica. A propriedade privada era considerada como um princípio básico sobre o qual "repousa toda a estrutura social que, desde a Grécia e a Roma republicana até aos nossos dias, constitui o fundamento da quase totalidade, senão da totalidade, das nações ocidentais".<sup>38</sup> Lembavam que também a Igreja fazia a

sua defesa intransigente da propriedade privada desde o século XIX, com a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. Concebida, "por todos nós liberais", como um "fato social espontâneo inerente a determinado estágio superior da vida civilizada" a propriedade privada "independe da vontade do homem para existir".

Neste sentido, encará-la "como simples instrumento a serviço da vontade do homem equivale a varrer da história da evolução dos grupos sociais, que tiveram por epicentro o Mediterrâneo, a sua característica específica".<sup>39</sup> Além disto, possibilitaria o privilégio do Estado sobre o indivíduo, a capacidade deste em se apropriar de todos os bens de produção e, assim, chegar-se ao comunismo. Isto evitaria que o Brasil guardasse as mesmas características do bloco mundial em função das quais chegou a um estágio de superioridade sobre o mundo oriental, sobre o mundo comunista.

O ódio dedicado aos comunistas também se dirigia contra os nacionalistas, "inocentes úteis" nas mãos dos primeiros. Para eles existiam situações em que os comunistas preferiam ocupar o governo através de uma ação indireta, de forma a não ficarem expostos à ação da polícia e os nacionalistas apresentavam-se perfeitamente adaptados aos interesses comunistas. Primeiro porque possibilitavam um passo inicial na direção da construção de um Estado totalitário, na medida em que defendiam a estatização da economia. Com a nacionalização dos bens de produção "passaria o Estado a facultade de distribuí-los, o que em bom português significaria, no Brasil como alhures, a implantação do regime comunista".<sup>40</sup> Outra conseqüência direta desta prática seria possibilitar o "privilégio do Estado sobre o indivíduo".

Esta ameaça teria aumentado ainda mais depois da implantação, em Cuba, de um regime comunista. Agente direto dos interesses soviéticos no continente americano, a propaganda castrista procurava disseminar a luta de classes no Brasil. Isto acabaria por inviabilizar o país de chegar ao grau de desenvolvimento que estava presente nas sociedades mais avançadas do mundo ocidental. Além disto, o regime comunista oferecia possibilidades infinitamente inferiores de preservação das "prerrogativas de liberdade política do homem".

### **Conclusão**

Embora o anticomunismo estivesse vinculado à diferentes perspectivas - defesa dos ideais cristãos, defesa da iniciativa privada, defesa da democracia e defesa da tradição e cultura ocidentais - viabilizava o estabelecimento de um inimigo comum que deveria ser combatido. A perspectiva desenvolvida por estes grupos indicava que as pressões desencadeadas pelas forças populares representavam uma primeira etapa

rumo ao estabelecimento de um regime comunista no Brasil. A Revolução Cubana simbolizava, para eles, a trajetória que tentava ser reproduzida no país. Tratava-se, portanto, de conter esta mobilização para, segundo afirmavam, evitar uma ruptura que viabilizasse a destruição da ordem, da liberdade de iniciativa e de uma vida política restritiva. Neste sentido, segundo entendiam, evitar o comunismo.

Por último gostaria de assinalar que os principais centros articuladores do movimento civil-militar de 1964 não mobilizaram-se única e exclusivamente em função deste anticomunismo. A organização particular de cada um destes passava também pela defesa de interesses de grupo ou de classe. O anticomunismo marcava profundamente o seu imaginário justamente porque este se adequava a defesa de seus interesses. Isto pode ser observado no que se refere ao anticomunismo de caráter democrático. Quando da efetivação do movimento civil-militar de 1964 ele foi rapidamente abandonado em prol da defesa da propriedade, do *status quo* e da ordem.

### **Referências bibliográficas**

*A Defesa Nacional* – Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, seção de periódicos, nos 557, 597 e 601.

*Ação Democrática* – Biblioteca Nacional, seção de periódicos, nos. 23, 24, 38, 39, 41.

Acervo Pessoal de Antonio Carlos Muricy (Comandante de Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar em Natal -1962/3 – e articulador do golpe). – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-64)*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989.

Boletim Mensal do Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais (IPÊS) – Arquivo Nacional, seção de Documentos Privados, no. 11.

BOTTCMORE, Tom. (org.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

DULLES, John WF. *O comunismo no Brasil: 1935/45 – repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980 (2ª edição)

HOSBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

*Jornal A Tribuna da Imprensa* – Biblioteca Nacional, seção de periódicos, 1961.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

LINK, Arthur S. *História Moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. "Organizações anticomunistas no Brasil: entre 'cruzadas' e 'terrorismo'". In: *Revista Cronos*, no. 3, s/d.

\_\_\_\_\_. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002.

*O Brasil precisa de você*. Filme dirigido sob direção do IPÊS. Arquivo Nacional, Seção de Documentos Sonoros e de imagens em Movimento.

*O Estado de S. Paulo*. Biblioteca Nacional, seção de periódicos, 1961-1963

*O que é o IPÊS?* Filme produzido sob direção do IPÊS. Arquivo Nacional, Seção de Documentos Sonoros e de imagens em Movimento.

Programa Partidário de 1945 da União Democrática Nacional. Fundo UDN - Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Programa Partidário de 1957 da União Democrática Nacional. Fundo UDN - Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil - o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

### Abstract

In this paper I seek to characterize some aspects of the anticommunism present in the civil-military movement in 1964 that overthrew João Goulart. In particular the anticommunism of the Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), the Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), the members of the União Democrática Nacional who were bound to the 1964 1<sup>st</sup> of April, as well as the army forces who were influenced by the National security Doctrine are analysed.

**Key words:** Anticommunism - Right - 1964 blow

### Notas

<sup>1</sup> HOSBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX* São Paulo, Cia das Letras, 1995, p. 116.

<sup>2</sup> LINK, Arthur S. *História Moderna dos Estados Unidos* Rio de Janeiro, Zahar, 1965, p. 1129.

<sup>3</sup> DULLES, John W.F. *O comunismo no Brasil: 1935/45 - repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980 (2<sup>a</sup> edição), p. 15.

<sup>4</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. "Organizações anticomunistas no Brasil: entre 'cruzadas' e 'terrorismo'". In: *Revista Cronos*, no. 3, s/d, p. 83.

<sup>5</sup> Outras informações referentes a esta organização ver: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002, pp. 54 a 60.

<sup>6</sup> Editorial, "Cruzada inadiável". In: *Revista Ação Democrática*, n° 24, maio 1961, p. 1.

<sup>7</sup> *O Brasil precisa de você*. Filme dirigido sob direção do IPES. Arquivo Nacional, Seção de Documentos Sonoros e de imagens em Movimento.

<sup>8</sup> *O que é o IPÊS?* Filme produzido sob direção do IPES. Arquivo Nacional, Seção de Documentos Sonoros e de imagens em Movimento.

<sup>9</sup> CORÇÃO, Gustavo. "Totalitarismo aniquilador do Comunismo" In: *Revista Ação Democrática*, nº 23, abril de 1961, p. 4.

<sup>10</sup> Idem

<sup>11</sup> Editorial. "Estará em boas mãos a SUDENE?". In: *Revista Ação Democrática*, nº 23, abril 1961, p. 9.

<sup>12</sup> Esta perspectiva não era de todo descolada da realidade. Denise Rollemberg assinala que, no período compreendido entre 1961 e 1964, dentro de uma perspectiva de "exportação da revolução cubana, o governo de Fidel Castro auxiliou na formação de campos de treinamento de guerrilheiros arregimentados nas fileiras das Ligas Camponesas. No entanto, tal procedimento não contava com o apoio Soviético. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil - o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001, p.24

<sup>13</sup> CORÇÃO, "Totalitarismo aniquilador do Comunismo", *op. cit.*

<sup>14</sup> Editorial, "Cruzada inadiável". *Op. cit.*

<sup>15</sup> Dois artigos apresentam de forma exemplar o esquema pelo qual esses grupos compreendiam que se disseminava o comunismo no Brasil: "A Grande Conspiração" e o "Roteiro de Kozak posto em prática no Brasil". A estratégia assim denominada - devido ao nome do Secretário Geral do Partido Comunista da Tchecoslováquia que teria tornado público a estratégia de conquista do poder seguida pelos comunistas brasileiros - foi amplamente divulgada pelos grupos de direita como a concretização de seus temores. Sobre o segundo artigo ver: PAIVA, Glicon de. "A grande conspiração".

In: *Revista Ação Democrática*, nº 39, agosto 1962, pp. 4 e 5.

<sup>16</sup> Editorial. "Roteiro de Kozak posto em prática no Brasil". In: *Revista Ação Democrática*, nº 38, julho /1962, p. 22.

<sup>17</sup> PAIVA, Glicon de. "A grande conspiração". *Op. cit.*

<sup>18</sup> O termo Guerra Revolucionária teria se originado na União Soviética e vulgarizado por franceses em seus conflitos coloniais, caracterizando-a por uma "(...) a Guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos" e que visava "à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada". LÉBRE, Geraldo; SILVA, Ernani Ayrosa da; CARDOSO, Alberto de Assumpção; & MORENO, Jayme. *A Guerra Revolucionária*. Conferência proferida na Escola Superior de Guerra. Curso Superior de Guerra.

<sup>19</sup> Os demais campos do poder nacional, apontados reiteradas vezes em seminários e palestras na ESG, eram o político, econômico e o psicossocial, além do militar. Existia um papel integrado entre estes diversos campos na responsabilidade de assegurar a cobertura necessária à consecução ou

manutenção dos "objetivos nacionais". FROTA, Sylvio Couto Coelho; GONÇALVES, Yves Murillo Cajaty; CARVALHO, Ferdinando de. Aspectos militares da Segurança Nacional. Conferência proferida na Escola Superior de Guerra. Curso superior de Guerra, pp. 1 e seguintes.

<sup>20</sup> CARVALHO, Ferdinando de. "Guerra Revolucionária comunista no Mundo Atual". *In: A Defesa Nacional*, nº 597, p. 42 e 43.

<sup>21</sup> FREITAS, Ayrton Salgueiro de. "Democracia versus Comunismo". *In: A Defesa Nacional*, nº 552, junho/1960, p. 176.

<sup>22</sup> Idem, nº 557, p. 5.

<sup>23</sup> ARAGÃO, José Campos de. *A revolução em marcha*. Conferência feita na Faculdade de Filosofia da Universidade Santa Maria como encerramento das comemorações do 1º aniversário da Revolução. *In: A Defesa Nacional*, nº 601, maio e junho de 1965, p. 16.

<sup>24</sup> FGV - Acervo pessoal de Antônio Carlos Muricy: Série Atuação Político Militar (1936-1979).

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Programa Partidário de 1945 da União Democrática Nacional. Arquivo UDN do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

<sup>27</sup> A própria posição dos udenistas frente à cassação dos mandatos de parlamentares comunistas mostra que esta mudança foi gradual. Boa parte, embora não a maioria, votou contrariamente a este expediente.

<sup>28</sup> Programa Partidário de 1957 da União Democrática Nacional. Arquivo UDN do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

<sup>29</sup> Seção Notas e Informações. "Subversão em marcha". *In: O Estado de S. Paulo*, de 02 de março de 1962. *O Estado de S. Paulo*, dirigido por Júlio Mesquita Filho era considerado, inclusive, como um jornal udenista. Para Benevides, "além da tradição antigetulista, expressava aquilo que poderia significar o 'liberalismo restritivo' dos bacharéis [da UDN] paulistas". Considera que os editoriais do periódico apresentavam corriqueiramente algumas posições da retórica udenista dentre as quais a defesa da propriedade privada e a condenação da hegemonia estatal na economia. Segundo a Autora o jornal é "especialmente relevante para a análise da herança liberal da UDN". Já a *Tribuna da Imprensa* apresentava-se, a princípio, com um grau de representatividade menor que *O Estado de S. Paulo*. Espelhava uma fração menor da UDN pois era o "porta-voz ativo e influente" da linha lacerdista do partido, mesmo após Lacerda não ser mais seu proprietário. Apesar destas limitações, deve-se assinalar que o lacerdismo exerceu influência significativa sobre o partido principalmente na década de 60, período em que centro minhas análises. Segundo Dulci, a corrente "tomou-se hegemônica dentro do partido, emprestando à UDN sua imagem final direitista, que a História e as crônicas políticas costumam registrar". Ver: DULCI, op. cit., p. 38.

<sup>30</sup> LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, p. 122.

- <sup>31</sup> Seção Notas e Informações. "Fascismo *versus* comunismo". *In: O Estado de S. Paulo*, de 16 de janeiro de 1962.
- <sup>32</sup> Seção Notas e Informações. "Infiltração comunista". *In: O Estado de S. Paulo*, de 17 de setembro de 1961.
- <sup>33</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-64). São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989.
- <sup>34</sup> Seção Notas e Informações. "O pensamento do Sr. Celso Furtado e o comunismo". *In: O Estado de S. Paulo*, de 05 de maio de 1963.
- <sup>35</sup> Seção Notas e Informações. "Contra a Igreja e a Constituição". *In: O Estado de S. Paulo*, de 18 de dezembro de 1962.
- <sup>36</sup> As encíclicas são *Rerum Novarum* (Leão XIII - 1891) e *Quadragesimo Anno* (Pio XI - 1931). A encíclica *Mater et Magistra*, que culminaria esta série de encíclicas em defesa da propriedade privada, foi publicada em 1961 e foi também amplamente utilizada na propaganda do IPÊS.
- <sup>37</sup> Seção Notas e Informações. "A nova encíclica social". *In: O Estado de S. Paulo*, de 14 de julho de 1961.
- <sup>38</sup> "O pensamento do Sr. Celso Furtado e o comunismo", *op. cit.*
- <sup>39</sup> *Idem.*
- <sup>40</sup> *Idem.*